



**Um conflito em imagens: representações  
fotográficas da Revolta dos Posseiros de 1957**

Éverly Pegoraro

# Um conflito em imagens: representações fotográficas da Revolta dos Posseiros de 1957

A conflict in images: photographic representations of 1957 Leaseholders' Revolt

Éverly Pegoraro \*

---

**Resumo:** *Este artigo analisa algumas fotografias produzidas pelo fotógrafo Osvaldo Jansen, de O Estado do Paraná, sobre a Revolta dos Posseiros de 1957, no sudoeste do Paraná. Pode-se perceber, em suas imagens, a preocupação de cunho humanista e testemunhal. Questiona-se como o olhar urbano de um fotógrafo da capital paranaense, inserido em um conflito agrário no interior do estado, influencia nas possibilidades de leitura dessas imagens. Partindo do pressuposto de que as fotografias de imprensa servem ao intuito de representação documental dos fatos e, ao mesmo tempo, de construção simbólica de informação, questiona – e procura desvendar – o que as fotografias do levante revelam e o que escondem.*

**Palavras-chave:** *Fotojornalismo; História, Revolta dos Posseiros de 1957; Sudoeste do Paraná.*

**Abstract:** *This article analyses some pictures produced by the photographer of O Estado do Paraná, Osvaldo Jansen, covering the Leaseholders' Revolt in 1957. The concern for producing humanistic and testimonial photography can be noticed in his pictures. How does the photographer's urban eye of the capital of Paraná, inserted in a conflict for lands in the countryside of the state, influence in the possibilities of reading these images? Following the presupposition that the press photography is a documental representation of facts and, at the same time, of the symbolical construction of information, this article inquires – and unveils – what the photographs of the 1957's revolt reveal and what they hide.*

**Key-words:** *Photojournalism; History; 1957 Leaseholders' Revolt; Southwest of Paraná.*

---

---

\* Graduada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR). Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (RJ). Professora colaboradora do Departamento de Comunicação da Unicentro – Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava (PR).

## Introdução

Rústicos, simplórios, desordeiros, manipuláveis, sofredores, trabalhadores, silenciosos, corajosos e até bandidos. Estas foram algumas das caracterizações usadas pela imprensa do Paraná para descrever colonos e posseiros envolvidos em um conflito agrário no sudoeste do estado, que ficou conhecido como Revolta dos Possesiros de 1957. Em cada fragmento de discurso, um legado dos jornais da época para a memória de um levante que marcou profundamente a região. Esses discursos aparecem de várias formas: através de textos, fontes consultadas e imagens fotográficas.

A imprensa escrita acompanhou “de perto” o levante agrário apenas em seu ápice, durante o mês de outubro. Os impressos de Curitiba destinavam-se a uma sociedade letrada e, em sua grande maioria, distante do “sertão” de “moradores esparsos e quase divorciados da civilização”, representação comum que o povo da capital tinha sobre o sudoeste e observável em vários textos jornalísticos da época. (PEGORARO, 2007).

Para alguns periódicos, colonos e posseiros não passaram de personagens de segundo plano de uma trama em que aticar as desavenças políticas seria mais relevante. Raramente a voz dos principais envolvidos pôde ser percebida nos textos jornalísticos. (PEGORARO, 2007). Mas, e nas imagens fotográficas que esses periódicos publicaram? Que tipo de discurso elas trouxeram? Que tipo de fotojornalismo foi praticado?

Em 1957, não havia imprensa escrita no sudoeste do Paraná. Duas emissoras de rádio, uma em Pato Branco e outra em Francisco Beltrão, eram os únicos veículos de comunicação para uma comunidade em boa parte – ainda – analfabeta. Desta forma, as imagens veiculadas na imprensa foram produzidas por fotógrafos vindos de grandes centros urbanos para públicos desses mesmos grandes centros, posto que os jornais da capital, àquela época, sequer circulavam na região. Como esses fotógrafos da capital representaram o levante? Eles conseguiram se inserir nos anseios

dos manifestantes ou reproduziram, simbolicamente, as convenções, o senso-comum, do que se pretendia revelar a respeito das manifestações agrárias da região em conflito?

Sabe-se que a fotografia é polissêmica, ou seja, possibilita inúmeras leituras. Boni (2000) salienta que uma imagem carrega uma quantidade ilimitada de informações, mas que o aproveitamento e o aprofundamento de sua mensagem serão diferenciados em cada leitor, o que potencializa, ou não, as possibilidades de leitura.

O fotógrafo, antes de congelar um cenário numa fração de segundo, pode prepará-lo (empobrecê-lo ou enriquecê-lo) com elementos de significação para que seu registro induza o leitor ao significado por ele projetado ou pretendido. Apesar de cada registro fotográfico render incontáveis interpretações, o fotógrafo (principalmente o de imprensa) geralmente acredita que os leitores irão proceder a mesma leitura que ele procedeu do cenário. E, para auxiliar os leitores a enxergarem exatamente o que ele enxergou quando congelou um fragmento do real, utiliza-se, em muitos casos, dos elementos de significação. A leitura, contudo, pode distanciar-se até de forma antagônica ao pretendido pelo fotógrafo, pois está diretamente relacionada ao repertório sógnico de cada leitor. (BONI, 2000, p.27).

Nos estudos realizados sobre a Revolta dos Posseiros de 1957 efetuados até agora, as imagens serviram como fontes históricas secundárias, cujo objetivo era “ilustrar” a pesquisa ou “comprovar” argumentos dos autores, seguindo o conceito, mesmo que inconscientemente, de que a fotografia é o reflexo do real, mostra e comprova o que “realmente” aconteceu<sup>1</sup>.

Na época, a Revolta dos Posseiros alcançou repercussão na mídia nacional e internacional. *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Última Hora* enviaram repórteres e fotógrafos para cobrirem *in loco* os acontecimentos. Até

---

<sup>1</sup> Algumas obras, a título de exemplo: MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: Studio GMP, 1986; WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985; VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 2**. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2. ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

mesmo a *Life*, em sua versão espanhola, publicou matéria sobre o levante. Percival Charquetti e Osvaldo Jansen formaram a dupla representante da imprensa escrita do Paraná. A cobertura do assunto foi publicada nos diários *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná*, ambos de Curitiba e pertencentes ao mesmo grupo dirigente. A contragosto da direção, que achava a empreitada perigosa demais, Charquetti e Jansen foram cobrir os conflitos de terras da região (EDITORIAL, 1980, p.2). As notícias dos correspondentes despertaram o ânimo da dupla para verificar pessoalmente o que acontecia. Assim, “em avião especialmente fretado pelo O Estado do Paraná” (REALMENTE..., 1957, p.7), foram para o sudoeste e produziram a série de reportagens que fez parte do especial “Os sangrentos acontecimentos que conturbaram o sudoeste”.

Atualmente, o Departamento de Cultura de Francisco Beltrão detém os direitos autorais das fotografias de Osvaldo Jansen sobre a Revolta dos Posseiros de 1957. O Departamento de Cultura de Pato Branco também apresenta um acervo de imagens sobre o movimento agrário. Muitas são as mesmas que estão em Francisco Beltrão, entretanto, há outras que não se sabe afirmar, com certeza, a autoria.

## A Revolta dos Posseiros de 1957

Thompson (1987, p. 64), ao referir-se às situações vividas por camponeses ingleses do século XVIII, comentou que a “maior ofensa contra a propriedade era não ter propriedade”. Essa citação encaixa-se perfeitamente nas experiências brasileiras do século XX, no que diz respeito a conflitos agrários. As décadas de 50 e 60 foram repletas deles no Paraná, frutos do descaso e/ou da irresponsabilidade do governo.

Moysés Lupion, governador do estado do Paraná nos períodos de 1946-1950 e 1955-1959, com o apoio do Partido Social Democrata (PSD), Partido Democrata Cristão (PDC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN), enfrentou vários problemas por disputas de terras, principalmente em seu segundo mandato, época em que ocorreu a Revolta dos Posseiros.

Os conflitos e a violência eram as armas de ataque de seus adversários, na tentativa de desestabilizar o governo. Lupion era acusado de ser sócio da Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla), uma das companhias de terras que se instalou no sudoeste, supostamente de forma fraudulenta, potencializando a violência que culminou com o levante de 1957.

A região, desde o início de seu povoamento, presenciou várias e longas disputas de terras. Pode-se dizer que o levante agrário de 1957 foi o ápice da disputa pela posse de terras das glebas Missões e Chopim, as quais ocupavam quase a totalidade da referida região. A área, mesmo em disputa entre os governos federal e estadual há vários anos, foi cedida a colonos – principalmente vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – através da Colônia Agrícola General Osório (Cango) e negociada como pagamento à companhia de terras Citla. Essa transação foi contestada legalmente, devido às inúmeras irregularidades da operação. Além desses pretensos proprietários, ainda havia inúmeros posseiros na região.

A situação complicou-se com a chegada das companhias de terras ao sudoeste: Citla – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. e Imobiliária Apucarana Ltda, sendo as duas últimas juridicamente desmembradas da primeira. Isso porque, em sua segunda campanha eleitoral ao governo do estado, Lupion ficou devendo grandes quantias a João Simões, diretor do Banco do Estado do Paraná, e a Jorge Amim Maia, prefeito de Apucarana. Assim, vendeu ao primeiro a Comercial e ao segundo a Apucarana. (COLNAGHI, 1984, p.101).

As companhias imobiliárias eram classificadas de grileiras devido às irregularidades dos títulos de propriedade que emitiam, já que o seu direito de posse foi negado pela justiça e, mesmo assim, vendiam terras sem autorização legal, mediante falsas escrituras de propriedade. (MOTTA, 2005, p. 238). Os posseiros, por sua vez, eram alvos tanto das companhias grileiras quanto daqueles que reclamavam a titulação das terras. Elas instauraram um regime de violência na região, com a contratação de jagunços. Muitos habitantes foram expulsos ou fugiram para a Argentina, em sua área fronteira com o sudoeste paranaense.

Em 1957, colonos e posseiros organizaram diversas estratégias de resistência e luta às investidas de jagunços contratados pelas companhias grileiras para amedrontá-los e expulsá-los de suas terras. As ações dos jagunços eram violentas e resultavam em estupros, espancamentos, incêndios, depredações e até mesmo mortes. Em outubro daquele ano, colonos e posseiros se organizaram em um conflito armado, tomaram as suas cidades e expulsaram as companhias de terras e os jagunços, além de exigir a designação de novas autoridades municipais. A revolta ocorreu principalmente nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antonio do Sudoeste.

No dia 10 de outubro, em acordo com o grupo que organizava o levante em Francisco Beltrão, iniciou-se um movimento para instalar piquetes nas principais estradas de acesso a Pato Branco e a locais públicos. Comércio e indústria foram fechados como forma de protesto às violências das companhias. Formou-se uma Junta Governativa que, por algum tempo, esteve à frente das negociações. O Major Reinaldo Machado, representante do governo do estado, negociou com os revoltosos uma saída para o impasse. Algumas das lideranças da revolta foram para o interior do município capturar jagunços foragidos e entregá-los à polícia.

Em Francisco Beltrão, simultaneamente, os colonos foram convocados pelo rádio para estabelecer um plano. As ações foram semelhantes às que ocorreram em Pato Branco. Os jagunços foram levados para fora da região em viaturas do exército, depois de um acordo com os líderes de que não haveria violência. Os escritórios das companhias foram invadidos e depredados. Todos os documentos, principalmente os que os colonos haviam assinado, foram jogados nas ruas.

Em Santo Antonio do Sudoeste, no dia 12 de outubro, à tarde, como forma de forçar as autoridades a se pronunciarem sobre a questão das terras e a retirarem as companhias, os colonos cercaram a delegacia da cidade. Tomaram a casa do advogado da Citla e acabaram com todos os documentos encontrados. Eles formaram uma comissão de 26 membros, de diversas agremiações políticas do município, para negociar com o governo do estado, que atendeu suas demandas. Entre elas, anistia geral

aos participantes do movimento, além da garantia de que não chegariam mais policiais à região e de que os colonos não seriam desarmados.

Após o levante de outubro, não há registros de continuidade de violências, pois os jagunços e as companhias de terras foram expulsos. Já os títulos definitivos de propriedade demoraram mais alguns anos para serem expedidos, mas foram garantidos a partir de 1962, com a instauração do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (Getsop).

A revolta de 1957 no sudoeste do Paraná não se constituiu em um movimento social organizado, permanente, com projeto político e diretrizes de ação, mas também não representou apenas uma forma simplificada de descontentamento popular que sofreu ou resultou em ações violentas. As experiências compartilhadas pelos envolvidos desde a época em que chegaram à região, juntamente com a vontade de permanecerem nas terras ocupadas, foram alguns dos fatores que os uniram em torno do conflito de 1957. Foi um grupo de pessoas que vivenciou e partilhou experiências comuns e, a partir disso, sentiu e articulou a identidade de seus interesses entre si frente a outros que tinham objetivos contrários aos seus. Trata-se de um dos poucos movimentos agrários do país que conseguiu sair vitorioso. Colonos e posseiros afirmaram o seu direito de posse e expulsaram os invasores. A conquista ainda demorou alguns anos, mas chegou: famílias que viram seus entes morrerem, fugirem ou sofrerem humilhações puderam sentir o gosto da vitória, ao terem títulos de propriedade validados pela lei.

## As contribuições do fotojornalismo para a memória do levante agrário

Lá vinham eles, os rústicos, simplórios e desordeiros, em marcha contra as companhias de terras, em uma das formas mais simples e visíveis de manifestação agrária e política. Mais um grupo de “membros de um destino comum, protagonistas dos dilemas humanos, das contradições



sociais, dos impasses históricos” (MARTINS, 2008, p.136) que os forçou a marchar, a reivindicar dentro de sua simplicidade, um espaço, não apenas geográfico, mas social também (Figura 1).

Imagens fotográficas como esta são, ao mesmo tempo, segundo Kossoy (2002), documentos e representações e que, por isso mesmo, contêm em si realidades e ficções a serem interpretadas e analisadas.

Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho. (KOSSOY, 2001, p.50).

As fotografias de imprensa servem ao intuito de representação documental dos fatos e, ao mesmo tempo, de construção simbólica de informação. Essas imagens representam o registro público da revolta e seus desdobramentos. Sendo assim, o que as fotografias do levante de 1957 revelam e o que escondem?

Pode-se perceber, no trabalho de Osvaldo Jansen, a preocupação em produzir fotografias de cunho humanista e testemunhal, característica que predominou no fotojornalismo da década de 50. Essa influência vem dos *concerned photographers* e de suas imagens que, muitas vezes, passaram à categoria de símbolos. Sousa (2000) diz que esta época apresenta uma ruptura de fronteiras temáticas e a fotografia assumiu o papel de transmissora, ela própria, de uma mensagem, podendo ou não vir acompanhada de textos, com um papel secundário na composição. Além disso, a evolução estética e a procura por fundir fotografia, arte e expressão são percebidas em muitos fotojornalistas do período.

A imprensa apresenta-se como referenciadora do mundo e das suas transformações, pautada principalmente pelo imediato, é verdade, mas consciente de que seus registros legam ao futuro uma maneira de recordar o presente (que será lido como passado). Pode-se dizer que o jornal é uma espécie de memória escrita que retém o essencial de uma determinada sociedade. Ele produz conceitos, fundamentados através de discursos,

construindo e reconstruindo identidades, noções, imagens. Nem sempre é o que se gostaria de ver, mas aquilo que se escolheu mostrar. Os jornais, ao optarem por uma forma discursiva, uma maneira de selecionar os fatos e apresentá-los ao leitor através de textos e imagens, também fornecem um ângulo peculiar para a escrita da história. (BARBOSA, 1997).

Ao se constituir como documento de uma época, o jornal é um lugar fundador da memória contemporânea. A imprensa, ao selecionar acontecimentos, age como construtora seletiva de memória e detentora de poder, que se manifesta na seleção do que deve ser lembrado e, automaticamente, na exclusão de outros tantos acontecimentos e personagens, que ficam em zonas de sombra e silêncio. Os agentes dessa operação seletiva são, portanto, detentores de poder, senhores da memória e do esquecimento. (RIBEIRO, 1996).

E as fotografias têm um papel importante nesse processo. “Fotografia é memória e com ela se confunde”, conclui Kossoy (2001, p.156). Como artefatos da memória, registram, constroem e possibilitam interpretações da realidade, criando percepções que auxiliam na compreensão do próprio presente como um processo histórico.

Martins (2008), ao propor uma sociologia do conhecimento visual, diz que a fotografia é particularmente vulnerável à polissemia de seus conteúdos. O conhecimento que hoje detemos sobre a Revolta dos Posseiros de 1957 influenciará a interpretação que faremos das suas representações fotográficas. Muito do que rege o comportamento de alguém frente a uma imagem está vinculado ao seu repertório cultural particular. As imagens fotográficas não se esgotam em si mesmas e ultrapassam, na mente do receptor, o fato que representam, como lembra Kossoy (2001). Elas são o ponto de partida para desvendar um passado do qual não fizemos parte, apenas apontam um fragmento selecionado de um determinado assunto, congelado em um determinado momento.

Para avançar nas possibilidades de leitura que a representação fotográfica aponta, é necessário contextualizar o conteúdo simbólico da fotografia com diversas relações, históricas e culturais, em que o ato da

tomada do registro está envolvido. Caso contrário, serão “fragmentos desconectados da memória, meras ilustrações ‘artísticas’ do passado”. (KOSSOY, 2002, p.22).

Além disso, a análise de imagens deve possibilitar a decifração da realidade interior das representações fotográficas, seus significados ocultos, as finalidades para as quais foram produzidas e as motivações do fotógrafo ao selecionar o assunto da fotografia. “Esta motivação influirá decisivamente na *concepção e construção* da imagem final.” (KOSSOY, 2002, p.27). Para o autor, a fotografia é composta por duas faces, as quais chama de primeira e segunda realidades. A primeira refere-se à realidade do assunto em si, sua história particular, além das ações e técnicas escolhidas pelo fotógrafo no processo de criação. A segunda é concebida por Kossoy (2002, p.37) como a realidade do assunto representado, “a realidade fotográfica do *documento*, referência sempre presente de um passado inacessível”. Para uma interpretação consistente, é necessário abranger as duas realidades e confrontá-las.

O olhar urbano do fotógrafo curitibano que estava presente retratando a Revolta dos Possesiros certamente influenciou sua forma de elaborar as imagens. Dubois (1993, p.59) sustenta que não é possível pensar a imagem fora do ato que a faz ser.

Com a fotografia, não nos é mais possível pensar a imagem fora de seu modo constitutivo, fora do que a faz ser como é, estando entendido por um lado que essa “gênese” pode ser tanto um ato de produção propriamente dito (a “tomada”) quanto um ato de recepção ou de difusão e, por outro, que essa indistinção do ato e da imagem em nada exclui a necessidade de uma *distância* fundamental, de um recuo em seu próprio centro.

Assim, a “imagem-ato” constitui-se do gesto de produção da imagem, propriamente dito e o ato de sua recepção. A esses dois aspectos, para efeitos de reflexão, pode ser acrescentado um terceiro: o que os personagens dessa “imagem-ato” pretendiam mostrar ao deixar-se fotografar, que tipo de discurso eles transmitem?



*Figura 1 - Colonos e posseiros em passeata - 1957*

*Foto: Osvaldo Jansen, de O Estado do Paraná  
Acervo do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão*

A fotografia da passeata (Figura 1) mostra um grupo de colonos e posseiros em passeata por uma rua que, ao que tudo indica, deve ser uma das principais da cidade. Por mais que não seja pavimentada – é importante lembrar que os municípios do sudoeste estavam em fase de consolidação na década de 50 – a disposição das casas e a própria largura da rua apontam que se trata de uma avenida. É interessante observar que janelas e portas das casas e prédios da rua estão fechadas. A única exceção é a última janela do segundo andar do prédio da esquerda, onde há um observador. Índícios de uma cidade amedrontada, que se esconde dentro da segurança de seus lares, ou indiferente ao contexto daqueles que não fazem parte diretamente do seu convívio urbano diário. Alguns poucos expectadores podem ser vistos nas laterais da rua. Do lado esquerdo, ao fundo, percebe-se a presença de uma mulher e de uma criança, observadores passivos da manifestação. Do lado direito, há outros homens na mesma situação. Pode-se observar que estes, pelas suas roupas, são pessoas bem vestidas, moradores da cidade, por certo, que olham, mas não participam. O não envolvimento desses homens pode nos levar a

duas proposições: não tomam parte porque declaradamente não concordam com as atitudes dos manifestantes ou porque não querem se comprometer, assumindo uma posição a favor dos “rebelados”.

Os manifestantes levam erguidas duas placas, provavelmente retiradas dos escritórios das companhias de terras durante a depredação. Uma terceira é levada sobre os ombros de vários deles, num emblema do peso que os oprimia há tempos. (Os caixões funerários eram conduzidos dessa forma para o cemitério). Em uma das placas lê-se Companhia Comercial e Agrícola do Paraná e na outra Propriedade da Citla – Clevelândia Industrial e Territorial Limitada, a qual os colonos, talvez sem perceber, levam de cabeça para baixo. Nas faces sorridentes e no gesto de levar as placas levantadas, os manifestantes deixam transparecer o gosto da vitória sobre aqueles que consideravam os reais invasores das terras.

A passeata não mostra necessariamente um bando de desordeiros, mas revela a contradição dos discursos entre o colono manipulado e o manifestante rebelde. O que chama a atenção nessa fotografia são os pés descalços de alguns colonos, numa simbologia que revela não apenas sua posição social na luta entre pequenos proprietários, posseiros, companhias grileiras de terras e o governo do estado, mas também o apego, a intimidade com a terra que plantam e que lutam para ser sua por direito legal e social.

Martins lembra que as revoltas têm que acontecer no imaginário das elites dominantes e da mídia, para não se tornar apenas nota de rodapé de jornal. “A multidão, quando age, como corpo provisório, age sobretudo para ser vista e temida, o que no vazio da roça não faz o menor sentido.” (MARTINS, 2008, p.137). Os manifestantes percebem isso, ao olhar diretamente para a câmera fotográfica, em atitude de bravura. Por mais que o fotógrafo seja invisível ao olhar, é possível perceber sua presença, adiantado à passeata, sabendo que é visto pelos manifestantes na hora do registro fotográfico. Os manifestantes, por sua vez, sabem que fazem parte da representação e, simultaneamente, a vêem na condição de espectadores. “A fotografia nos diz, então, que não basta fazer história. É preciso mostrar que se está fazendo história. Está aí uma concepção clara da modernidade.” (MARTINS, 2008, p.168). Esta é uma das poucas fotografias em que as

lentes do fotógrafo captam o acontecimento em seu desenrolar, diferente de outras imagens, como será abordado mais adiante.

Como já citado, as manifestações dos colonos e posseiros não se constituíram em um movimento político organizado, sob diretrizes pré-estabelecidas, mas, ao mesmo tempo, não foram apenas ações isoladas de uma massa manipulada ou rebelde. Uma das ações mais emblemáticas do levante aconteceu em Francisco Beltrão, no dia 12 de outubro de 1957. Convocados pela Rádio Colméia, colonos e posseiros se posicionaram na frente da emissora, desde o dia anterior. Após as negociações com o Major Reinaldo Machado (representante do governo do estado), recebendo dele a garantia de que suas reivindicações seriam atendidas, os manifestantes invadiram os escritórios das companhias grileiras instaladas no município e rasgaram todos os documentos que encontraram no local, jogando-os nas ruas (Figura 2).



*Figura 2 - Documentos das companhias de terras rasgados em Francisco Beltrão  
Foto: Osvaldo Jansen, de O Estado do Paraná  
Acervo do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão*

Nessa fotografia, é interessante interpretar o que, supostamente, seus personagens quiseram deixar transparecer. Janson retrata o momento após a depredação dos escritórios das companhias, quando os colonos já haviam jogado os documentos nas ruas centrais da cidade. Os papéis formam um tapete sob os pés dos manifestantes e outros aparecem

amassados em suas mãos. Os personagens estão alinhados, com os braços erguidos e segurando nas mãos documentos amassados. Um único descuidado perdeu o instante da pose, pois está abaixado quase ao centro da cena. Olham para a câmera, certos de que o momento merece ser registrado para a posteridade.

Os chapéus e as calças largas, mais conhecidas como bombachas, indicam que muitos deles são os colonos vindos do Rio Grande do Sul, atraídos pelas promessas de terras férteis no Paraná, resultado da política de colonização empreendida pelo governo do estado na década de 50. Os colonos, ao contrário dos possesiros da região, preocupavam-se em ter documentos que legalizassem as áreas que lhes foram cedidas. Muitos deles foram obrigados a assinar falsas notas promissórias e a pagar indevidamente pelo espaço que habitavam. Nessa fotografia, eles querem deixar registrado que esses papéis não serão mais utilizados como argumentos pelas companhias de terras.

Percebe-se que a maioria das imagens da revolta foi produzida após os acontecimentos. O momento decisivo de Henri Cartier-Bresson não interessava ou não foi possível de ser acompanhado por Jansen. As lentes da câmera, atrasadas, construíram uma representação do que aconteceu a partir do que os atores se propuseram a mostrar. Depois que o ato propriamente transgressivo aconteceu, os manifestantes posam, com os olhos voltados para a câmera, e com as mãos erguidas mostram os documentos que, supostamente, legitimariam às companhias grileiras a posse das terras. As poses e os sorrisos podem ser interpretados como o desabafo de um grupo de pessoas que sofreu toda sorte de humilhações e violências nas terras em que estavam instalados e a esperança que a posse legítima das terras que lhes pertenciam por direito social viria. Muitos desses homens eram analfabetos, mas isso não lhes impedia de saber que o direito legal à terra, legitimado pelo documento, já suplantava o direito social ao uso. Eles compreendiam que era o papel que lhes asseguraria o direito de plantar para sobreviver.

A certeza da vitória e da coragem – sentimentos que não fazem parte de um grupo simplesmente manipulado, como se deixava transparecer

no discurso jornalístico da época – está estampada em outra imagem produzida por Jansen (Figura 3). Nela, homens empunham para as lentes do fotógrafo as suas armas: facas, facões e revólveres. A bandeira brasileira está no centro superior da fotografia, segurada por um colono. Este mesmo personagem aparece em outras fotografias, na mesma posição. Pode ser que o próprio fotógrafo tenha sugerido ao colono segurar a bandeira, pois em todas essas imagens a sua presença está ao centro da composição fotográfica.



*Figura 3 - Colonos e posseiros na Revolta de 1957 no sudoeste do Paraná  
Foto: Osvaldo Jansen, de O Estado do Paraná  
Acervo do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão*

Por mais que a fotografia privilegie os personagens do primeiro plano, dando destaque às expressões e aos gestos, também é possível perceber um grande número de pessoas na composição da imagem. Mesmo mais ao fundo da cena, há olhos atentos às ações do fotógrafo, pois miram diretamente as lentes da câmera fotográfica. O caminhão, à direita, reafirma como muitos desses colonos chegaram ao centro da cidade, conclamados pela Rádio Colméia de Francisco Beltrão para participar do levante.

Armas e bandeira se misturam acima das cabeças dos manifestantes, numa demonstração de que o sentimento de pertencimento



ao país envolve a luta por um pedaço de terra e que isso não os intimida. Bem ao centro da composição fotográfica, intencionalmente ou por um golpe de sorte do fotógrafo, arma e bandeira se cruzam, seguradas pelos dois únicos colonos que levam ao pescoço um lenço amarrado, peça de vestimenta comum aos gaúchos. O colono com arma está um passo à frente do outro com a bandeira. Para o gaúcho, lenço no pescoço podia significar envolvimento político. Na Revolução Federalista (1893), a cor do lenço era usada como meio de distinção entre os federalistas e os republicanos.

Entretanto, não se pode esquecer que essas imagens circularam, principalmente, em ambientes onde se pensava que o sudoeste não passava de um lugar de moradores que pouco ou nada tinham de civilizados. Para quem não estava inserido no cotidiano das lutas desses colonos e posseiros pelo direito à sobrevivência, esta representação pôde mostrar, realmente, um bando de desordeiros violentos, interessados em confusão.

Mesmo choque aos olhos urbanos pode ter causado outra fotografia (Figura 4). Na composição, duas mulheres empunham armas ao lado dos homens. Crianças também participam da cena. No canto esquerdo, há um jovem sorridente com uma arma em mão. Para uma sociedade conservadora da década de 50, na qual as mulheres eram vistas como frágeis, ocupando geralmente uma posição subalterna à dos homens, vê-las com armas nas mãos deve ter produzido, no mínimo, estranheza. As mulheres da cidade carregavam uma idéia preconcebida sobre as mulheres do campo. Estas tinham que arregaçar as mangas e se dedicar aos trabalhos árduos da lida rural. Muitas delas eram responsáveis por cuidar dos afazeres diários da propriedade, da casa e dos filhos, enquanto os maridos saíam para plantar e caçar. Pouco tempo (e dinheiro) sobrava para cuidar de si. Nessa composição fotográfica, elas estavam em um ambiente que se compreendia masculino, em atitude delegada somente a homens, participando de uma manifestação que gerava interpretações controversas. Ao invés de ficarem em casa com as crianças, elas as trouxeram para o centro da agitação.



*Figura 4 - Colonos na Revolta de 1957 no sudoeste do Paraná  
Foto: Osvaldo Jansen, de O Estado do Paraná  
Acervo do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão*

Por outro lado, percebe-se dois fatores na atitude dessas mulheres. Primeiro, que as duas se prepararam para a manifestação. Bem vestidas, com roupas que claramente não são as do dia-a-dia, elas foram para a cidade preparadas para um evento, cientes da importância do que estava para acontecer. Alguns podem se questionar se elas eram realmente do meio rural, justamente por suas vestimentas. Entretanto, pelo ambiente e pela companhia dos demais da cena, é possível acreditar que são esposas de colonos. Além disso, é improvável que mulheres da cidade fossem empunhar armas na presença de manifestantes, simplesmente para posar para uma fotografia.

Um segundo aspecto a se observar é que as duas fizeram questão de mostrar as armas para as lentes do fotógrafo. Justamente por sua posição feminina ou até mesmo por vergonha, elas poderiam disfarçar ou não mostrá-las. Mas não é isso o que se observa. Assim como outros homens da cena, elas também denotam o mesmo sentimento de vitória e orgulho por participar do levante agrário. Se a atitude foi compreendida pelos olhares urbanos femininos dessa forma, fica a dúvida.

A presença das crianças também pode ter suscitado diferentes interpretações. Desde cedo, envolvidas em problemas de adultos, obrigadas a lidar com armas, envolvendo-se em uma polêmica revolta agrária. Filhos de colonos amadurecem cedo, pois precisam ajudar nos afazeres diários como qualquer adulto. Não seriam as companhias mais adequadas para filhos criados em um ambiente urbano “civilizado”.

## Considerações finais

A análise dessas fotografias mostra apenas algumas possibilidades de leitura sobre a Revolta dos Possesiros de 1957 e como o fotojornalismo contribui para a produção de sentido e construção de memória histórica. As várias alternativas de interpretação apontam para o que Peter Burke (2004) diz ser prudente: antes de utilizar as imagens como evidências históricas, é necessário começar pelo seu sentido e identificar seus significados culturais.

As fotografias apresentadas neste artigo são apenas algumas das várias que Osvaldo Jansen produziu sobre o levante agrário no sudoeste do Paraná. Ele foi o único fotógrafo de um veículo de comunicação paranaense a estar presente na região durante o conflito e registrá-lo. Parte de suas imagens (a maior parte, aliás) não foi veiculada na imprensa e, atualmente, encontra-se no acervo do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão. Os outros fotojornalistas presentes eram do jornal *Última Hora* e das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*. Não se sabe exatamente o paradeiro desses registros, posto que estes três veículos deixaram de circular há décadas.

As imagens analisadas apontam a preocupação de seu criador em ir além do simples registro do momento. Elas conotam o intuito de construir um sentido sobre o que estava acontecendo. Uma construção perpassada pelas impressões do próprio olhar urbano do fotógrafo ao mostrar, por exemplo, mulheres e crianças armadas. Percebe-se que

Jansen, consciente ou inconscientemente, preocupava-se em mesclar emoção e ação em seu trabalho, característica do fotojornalismo documental da década de 1950. Assim, ousou dizer que ele pode ser enquadrado como um típico representante paranaense desse tipo de trabalho fotográfico, ao lado de outros grandes fotodocumentaristas do país nesse período.

Outro aspecto importante do seu trabalho, mas que requer uma análise mais detalhada do conjunto de sua obra, é o seu atraso em relação ao “momento decisivo” de Cartier-Bresson. Não se sabe se por limitação técnica ou intenção do fotógrafo, grande parte das fotografias de Jansen foi produzida após o acontecimento propriamente dito. As lentes de sua câmera, nesse caso, construíram uma representação do que aconteceu a partir do que os atores se propuseram a mostrar.

Aliás, este é outro fator relevante. Ao que tudo indica, os personagens das fotografias tinham um discurso consciente ao se deixar fotografar, como procurei demonstrar na leitura dessas imagens. Como o público da capital do estado – distante do “sertão” de “moradores esparsos e quase divorciados da civilização” – interpretou esses discursos será objeto de outro estudo. Afinal, distantes de um cotidiano de violência e lutas e próximos das facilidades da vida urbana, pode ser difícil compreender os pés descalços, as armas e a revolta. Mas esta polissemia é uma consequência inevitável nas fotografias, que permitem inúmeras possibilidades de leitura. Perigo e oportunidade, ao mesmo tempo, para a construção de uma memória histórica.

Vítimas do olhar urbano de quem os retratou, de quem os viu através das fotografias e/ou de sua própria vontade (ou necessidade?) de serem vistos e reconhecidos como vitoriosos, fica aqui a certeza de que essas pessoas tinham noção de que o momento que viviam merecia ser registrado e de que as imagens fotográficas, por si mesmas, representam múltiplas possibilidades de discursos e leituras, ao longo do tempo.

## Referências

BARBOSA, Marialva. Por uma história dos sistemas de comunicação. **Revista Contracampo**, Niterói, ano 1, n.1, jul./dez. 1997. p.72-82.

BONI, Paulo César. **O discurso fotográfico**: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo. 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder**: a luta pela terra no sudoeste do Paraná. Curitiba. 1984. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Papirus, 1993.

EDITORIAL. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 jul. 1980, p.2.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MARTINS, José de Souza. A epifania dos pobres da terra. In: MAMI, Lorenzo; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **8 X Fotografia**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.133-171.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: Studio GMP, 1986.

MOTTA, Márcia. Grilagem. IN: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEGORARO, Éverly. **Dizeres em confronto**: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

REALMENTE grave a situação no sudoeste do estado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 out. 1957, p.7.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A história do seu tempo**: a imprensa e a produção do sentido histórico, 1996. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), Rio de Janeiro, 1996.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 2**. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2. ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.